

UMA INTELLIGENTSIA NACIONAL: Grupo de Itatiaia, IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo*

Edison Bariani

O grupo de Itatiaia teve início a partir de agosto de 1952, no Parque Nacional de Itatiaia (entre RJ e SP), em local cedido pelo Ministério da Agricultura,¹ quando começou a reunir-se – ocasionalmente – um grupo de intelectuais, entre eles paulistas, cariocas, católicos, antigos integralistas, conservadores e outros de posições mais à esquerda. A tônica dos debates, inicialmente, era a discussão teórica por parte de estudiosos que tinham em comum certa configuração intelectual, influências de certos autores e um desejo de impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro.

Embora o grupo se consolide no Rio de Janeiro (e ali finque raízes), nos primórdios, intelectuais paulistas – sobretudo ligados ao IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia) e à *Revista Brasileira de Filosofia*² – participaram do começo das discus-

sões em Itatiaia (em 1952). Os paulistas – Roland Corbisier, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto e Miguel Reale (também contavam com um professor italiano chamado Luigi Bagolini) – eram liderados por Vicente Ferreira da Silva (filósofo cujos seminários eram muito conhecidos na cidade de São Paulo) que, como outros pensadores, guardava certo distanciamento da institucionalização e do ensino filosófico ministrado na USP – de inspiração europeia, francesa em essência, devido às “missões”³ – e eram pejorativamente chamados por João Cruz Costa (professor uspiano) de “filósofos municipais”.⁴ Os outros participantes (cariocas), dentre

seus membros, na seção fluminense, Hélio Jaguaribe. Cf. Paiva (1986, p. 29) e Pécaut (1990, p. 108).

¹ Segundo Maria Celina S. D’Araujo (1992), Vargas teria discretamente estimulado as reuniões em Itatiaia.

² O IBF, propagador de certo “existencialismo-culturalista” (segundo Hélio Jaguaribe), foi criado em 1949 conjuntamente pela Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e por um grupo que editava a revista *Colégio* (Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz e outros); além de editar a *Revista Brasileira de Filosofia*, o IBF organizava os Congressos Nacionais de Filosofia e tinha como seu principal animador Miguel Reale e, entre

³ As “missões” estrangeiras, no início da USP, monopolizaram o ensino de várias disciplinas, especialmente a Filosofia, na qual professores como Jean Maugüe e Gilles-Gaston Granger deixaram profundas marcas.

⁴ Houve também quem transitasse pelas duas “escolas”: José Arthur Giannotti foi encaminhado por Oswald de Andrade – em fins dos anos 40 – para o seminário de Vicente Ferreira da Silva, vindo posteriormente a romper com este – no início dos anos 50 – e ganhar destaque na USP e no CEBRAP (Giannotti, 1974, p. 26-27).

eles os que mais tarde formariam o IBESP e o ISEB e ficariam conhecidos como “isebianos históricos” (principalmente Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Cândido Mendes de Almeida), tinham com os paulistas – mormente seu líder – algumas influências comuns, mas, segundo Paiva (1986, p. 32), distinguiram-se:

... os ‘isebianos históricos’ beberam nas mesmas fontes que Vicente Ferreira da Silva [hegelianismo, existencialismo, fenomenologia, culturalismo etc.]. Parece distingui-los o fato de que aqueles dirigiram suas preocupações para a sociedade, enquanto este permaneceu, como nos mostra sua produção ulterior, preso à reflexão sobre o indivíduo, condenando mesmo o caminho seguido pelos isebianos.

O principal articulador do grupo nas reuniões em Itatiaia, Helio Jaguaribe, aglutinava em torno de si as mais variadas personalidades. Entretanto, quando as discussões ultrapassaram a especulação filosófica, incomodados – mormente pelas posições e volúpia intelectual de Jaguaribe, que advogava a aplicação do pensamento à realidade brasileira no sentido da mudança social –, os paulistas (conservadores na maioria) desligaram-se do grupo; só Roland Corbisier permaneceu (Paiva, 1986, p. 53).⁵

Em 1953, cristalizada sua vocação de estudos dos problemas brasileiros, o grupo remanescente das reuniões em Itatiaia cria o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e passa a editar os textos das discussões sob o nome de *Cadernos de Nosso Tempo* – publicados entre 1953 e 1956, totalizando 5 volumes que vieram a marcar época. Colaboraram nos *Cadernos*: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes (Schwartzman, 1979, p. 3).

Nelson Werneck Sodré e Juvenal Osório Gomes agregar-se-iam ao grupo em 1955 (Pécaut, 1990, p. 108). Tinha início uma forma de interpretação e engajamento ainda inédita no Brasil.

A importância do IBESP e dos *Cadernos* [*de Nosso Tempo*] é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB]. (Schwartzman, 1979, p. 3).

Diferentemente do ISEB, o IBESP – mesmo não sendo homogêneo e seus encontros extemporâneos – mantinha uma organicidade nas análises e produções, derivada das discussões conjuntas e prévias dos textos publicados, o que torna possível uma análise sistemática e conseqüente do projeto em formulação.

Os trabalhos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo* geralmente não contêm citações e (ou) preocupações acadêmicas, são textos de construção e combate que denotam a preocupação essencial dos autores: influir decisivamente na realidade brasileira. Entre os temas abordados estão: o Estado, o pensamento social no Brasil, os agentes e fenômenos políticos, a economia, posição na geopolítica, a condição do negro (Ramos, 1979) etc. Em textos concebidos individual ou coletivamente, os autores abordam os problemas latentes da sociedade brasileira – naquela década de 50 – e, mais que diagnosticar, por vezes, apontam formas de equacionar esses problemas.

Embora mantivessem um caráter engajado e não-acadêmico alguns textos – hoje lançados à margem – trazem interessantes contribuições teóricas a questões que viriam à berlinda nos anos posteriores. Em “O que é ademarismo” – publicado nos *Cadernos...* nº 2 (jan./jun. 1954) – Helio Jaguaribe enfrenta o então fenômeno político (e social) do “ademarismo”, que, à época, surgia como uma esfinge na política brasileira.⁶ Na tentativa de

⁵ Segundo Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva teria anunciado aos ‘paulistas’ sua impossibilidade em enfrentar intelectualmente H. Jaguaribe, abdicando, assim, da liderança dos ‘paulistas’ que, como grupo, dissolveu-se. Ver Jaime (2000, p. 325-326).

⁶ Tal perplexidade derivava – dentre outros motivos – das características do fenômeno, que incluía tanto um enraizamento oligárquico e autoritário quanto um significativo apelo popular, a ponto de a candidatura de Ademar de Barros ter o apoio de setores de esquerda.

desvendá-lo, empreende uma análise do *populismo* – um dos grandes temas a partir do final dos anos 50 – fortemente influenciada por um pragmatismo político e pelo pensamento de Ortega y Gasset, seja no que refere ao vitalismo quanto à análise do comportamento político das massas:

O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psicossocial do homem-massa. (Jaguaribe, 1979b, p. 26)

Também são de Jaguaribe (1979a; 1979c) as análises baseadas na identificação de certo *patrimonialismo* presente na sociedade brasileira e na definição do *Estado* republicano brasileiro como *cartorial*, isto é, como solução de continuidade da “necessidade” – devido ao clientelismo político-eleitoral e à dependência do consenso tácito – de prover com empregos públicos a classe média, inchando a burocracia civil e militar e legando a particulares o cumprimento de funções administrativas que seriam públicas. Tal análise viria a pontuar alguns dos primeiros usos do conceitual weberiano e das interpretações quanto à promiscuidade entre o público e o privado no Brasil,⁷ bem como a caracterização da classe média como grupo (em sua maioria) “alienado” e “moralista”, de tendência conservadora e de opções políticas pautadas pela vigência de valores tanto “idealistas” quanto hipócritas, vindo a servir aos desígnios de um setor reacionário da burguesia. O udenismo, em geral, e o fenômeno do lacerdismo, em particular, daquele momento em diante e, mais tarde, o papel de setores médios no Golpe de 64, viriam a relevar tal preocupação.

Todavia, a preocupação central dos autores ibespianos era acerca das possibilidades e formas de alcançar o *desenvolvimento*, pensado como a transformação qualitativa essencial e geral

que poderia redimir a miséria brasileira, num processo que compreenderia os mais variados aspectos (econômico, político, cultural etc.), já que não deveria simplesmente “ser concebido como empreendimento industrial e comercial” (Lima, 1979, p. 82).⁸

Como suposto ao processo de desenvolvimento, pleiteavam a necessidade de uma *ideologia*, concebida no sentido de um amplo projeto que visasse aos interesses objetivos das classes – progressistas – em luta: “*Ideologia, genericamente, é o conjunto de valores e de idéias que apresentam como razoável e desejável um determinado projeto ou estatuto convencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de uma determinada classe ou grupo social*” (IBESP, 1979, p. 239). Assim, uma ideologia consistiria, essencialmente, “... na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica”, tal caráter só poderia ser comprovado *a posteriori*; todavia, *a priori*, poder-se-ia “... *determinar, formalmente, as condições de que se devem revestir os valores e seu projeto de realização para que uma ideologia logre eficácia histórica.*” (Jaguaribe, 1979a, p. 148).

Conforme sua adequação em relação às condições sociais – e às exigências históricas –, a ideologia seria “autêntica” ou não, autenticidade essa que – como é também sugerido por Jaguaribe – só revelar-se-ia *post festum*, com a verificação de sua eficácia depois de consumadas as experiências do período:

As opções políticas são sempre relativas e, por mais objetivos e válidos que sejam os métodos empregados para se chegar a elas, escapam à possibilidade de julgamento em termos de estrita verdade ou erro. Neste campo, não há verdades; há decisões. Estas serão racionais ou arbitrárias, autênticas ou inautênticas, representativas ou não. O que importa, por isso mesmo, é empreender o esforço de esclarecimento necessário para assegurar a validade das decisões (IBESP, 1979, p. 171).

⁷ Lembremos que a primeira edição de *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro (1987), considerado um dos precursores dessa abordagem, é de 1958. Publicado originalmente como “A crise brasileira” (*Cadernos de Nosso Tempo* 1, out./dez. 1953).

⁸ Outro conceito freqüentemente usado, o de *planejamento*, é visto como importante instrumento da racionalização e equacionamento dos problemas da sociedade brasileira, dentre eles, a questão econômica, cuja análise acusava influência do desenvolvimentismo cepalino.

Sendo assim...

Não se pode aprisionar a História em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes. Mas há soluções autênticas e inautênticas, profundas e superficiais. As soluções que correspondem aos imperativos históricos do momento, e o satisfazem em profundidade, inauguram ciclos e se convertem em marcos para o subsequente processo do devenir histórico (Jaguaribe, 1979a, p. 147).⁹

No entanto, concebiam o desenvolvimento como uma espécie de missão histórica, e mais: se o apresentavam como conceito amplo (histórico; econômico, político, cultural...), freqüentemente, no arrematar teórico crucial das questões, predominava em muito o aspecto econômico, esfumando os outros aspectos como colaterais ou simplesmente efeitos desse.

As dificuldades do desenvolvimento, necessariamente, levavam à conceituação das deficiências, das fragilidades na formação histórica brasileira; daí a interpretação da condição do Brasil como país moldado pelo *colonialismo*, *semicolonialismo* e *subdesenvolvimento*:

O colonialismo, mais do que uma situação política, é uma situação econômico-social, caracterizada pela dependência de uma determinada comunidade – a comunidade colonial – para com outra comunidade – a metropolitana – ou para com outros países econômico-socialmente autônomos. Nesse sentido econômico-social, que não implica necessariamente a dependência política, as duas principais características do colonialismo são, em primeiro lugar, o fato de a comunidade colonial estar organizada como um instrumento a serviço de sua metrópole ou, de modo geral, dos países econômico-socialmente autônomos. Em segundo lugar, o fato de que a comunidade colonial só poder desenvolver-se com impulsos exógenos. É esta segunda característica que torna relativamente sem importância o estatuto político da sociedade colonial, cuja dependência para com o exterior nem decorre basicamente da coação política nem constitui para tal sociedade unicamente um ônus, mas antes representa sua própria forma de existência. As comunidades coloniais, de certo modo,

são núcleos geográfica e socialmente descentralizados das sociedades que desempenham para com elas a função de metrópole (IBESP, 1979, p. 175).

Não era inédita a interpretação do processo histórico brasileiro por meio do conceito de “colonialismo”. A “novidade” da abordagem ibespiana é a concepção do fenômeno como algo generalizante, sistêmico, tanto enraizado quanto dinâmico, no rastro das elaborações de Balandier (1976) e Sartre (1968).¹⁰

Segundo a análise ibespiana, o Brasil teria sido colonial até meados do séc. XIX. A partir daí, adquire uma condição semicolonial – “O semicolonialismo, como indica o termo, caracteriza uma situação intermediária entre o colonialismo e a autonomia econômico-social” (IBESP, 1979, p. 176) – até os primeiros decênios do séc. XX quando, a partir dos acontecimentos de 1930 e da 2ª Guerra Mundial, passaria ao subdesenvolvimento. Já este é definido como “... *um fenômeno econômico-social de caráter global, cuja explicação se tem de encontrar na análise histórico-sistemática do processo econômico-social de ‘cada país’*” (IBESP, 1979, p. 173, grifos nossos), sendo subdesenvolvidas as economias “... *que, por deficiência de seus fatores de produção, especialmente por falta de capital, não disponham, por conta própria, da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente, num momento dado*” (IBESP, 1979, p. 176-177).

Assim, mesmo havendo uma preocupação com uma definição ampla e profunda para o subdesenvolvimento, bem como a respeito da particularidade da relação e situação de cada país para com o processo global,¹¹ predomina uma defini-

⁹ Mesmo tendo como alicerce a concepção faseológica ou de fases – creditada a Franz Carl Miller-Lyer (1857-1816), autor de *As fases da cultura* (1908), *O sentido da vida e a ciência* (1910) e *A família* (1912), segundo o qual a história das sociedades seria balizada por fases histórico-culturais relativamente progressivas – não há, nesse momento, entre os autores, uma noção de imanência histórica, como viria a ser acentuada por alguns críticos; o processo político é visto como algo ‘aberto’, produto da relação entre as escolhas e as condições.

¹⁰ Posteriormente, o conceito de *colonialismo* será retomado e revisto para dar conta, entre outras, da situação cultural brasileira – como, por exemplo, nas formulações de Corbisier (1958) e Sodrê (1961). Nos anos 1960, o termo – de modo análogo – será cristalizado por Frantz Fanon (1994).

¹¹ Esta será no início dos anos 60 uma das preocupações centrais do trabalho de Cardoso e Falleto (1975): definir a situação específica de cada formação com relação à dependência e ao subdesenvolvimento, não englobando todos os países numa mesma posição, ou seja, proceder à análise concreta de cada situação.

ção de caráter estritamente econômico, relegando a clarificação dos laços particulares da situação brasileira e incorrendo numa explicação genérica da relação, aplicável praticamente a qualquer caso.

No que diz respeito à “posição brasileira na geopolítica”, pleiteavam os ibespianos uma posição de equidistância e neutralidade com relação à polarização EUA-União Soviética, neutralidade essa firme mas sem isolamento, uma vez que o país não teria cacife político para bancar uma posição radicalmente independente e seria tático e prudente aguardar o fortalecimento de uma terceira posição que se consolidava em outros países, então chamados “não-alinhados”.

Analogamente, havia uma *análise das classes sociais* e suas relações, visando a identificar os interesses, horizontes de ação e prováveis arranjos políticos que poderiam viabilizar um projeto de desenvolvimento. Ainda que presente como influência teórica, o marxismo é demasiadamente modificado na análise, pela predominância do nacionalismo, pois era pressuposto que: “*A rigidez da explicação marxista implicou no menosprezo de fatores como as nacionalidades, que se mostrou na realidade histórica, muito mais poderosa do que a suposta solidariedade de classe*” (Fernandez, 1979, p. 101).

A *burguesia* era vista como uma classe que sofreria com escassez de capital, sendo este – consideradas as conseqüências – o principal fator da alienação que a acometeria. Além disso, haveria um “despreparo ideológico” (principalmente da burguesia industrial) e uma “falta de representatividade ideológica”, daí

... o fato de manter artificialmente na direção de classe o setor da mesma ligado a uma economia superada e reacionária, e como conseqüência, o fato de o Estado não estar prestando à classe os serviços que lhe poderia proporcionar e de os interesses burgueses não encontrarem a defesa e as facilidades de expansão com que poderiam contar, em termos que viriam de encontro aos interesses das demais classes (IBESP, 1979, p. 241).

Cumpriria ao “... *setor industrial de nossa burguesia assumir mais decididamente, inclusive para fins político-sociais, a liderança econômica que já exerce*” (IBESP, 1979, p. 240).

Já o *proletariado urbano*, em seus setores, teria como interesses – imediatamente – a expansão e a diversificação do parque industrial brasileiro. De outro lado, assinalavam que o “... *trabalhador rural, ou mais especificamente, o ‘campesinato’, precisa, imperiosa e urgentemente, da racionalização de nosso sistema agrário, em termos de elevação da produtividade rural e da abolição dos processos e do regime semicoloniais de produção.*” (IBESP, 1979, p. 241).¹² Ou seja, na visão dos autores, “... *os interesses da classe proletária se orientam, de modo geral, segundo duas linhas: a do aumento da produtividade e da produção e da melhoria das condições de vida e das oportunidades de acesso aos níveis superiores da sociedade.*” (IBESP, 1979, p. 241).

Uma “comunidade de interesses” uniria o proletariado ao setor industrial da burguesia, sendo indispensável, para ambos, uma aliança para o desenvolvimento, pois tal como esse setor burguês – além das circunstâncias de solidariedade nacional que o momento exigia –, o proletariado não teria autonomia e representatividade suficientes para encampar autonomamente um projeto:

A falta de representatividade das ideologias operárias correntes, no Brasil, se revela, como ocorre com a ideologia burguesa corrente, pelo fato de o proletariado ser conduzido ao culto personalista de chefes carismáticos – em vez de à compreensão dos interesses da classe e à sua defesa organizada – e ainda pelo fato de mobilizar os trabalhadores contra a produtividade e no sentido de um assistencialismo paternalista (IBESP, 1979, p. 242).

Não se trataria, assim, de implementar “programas utópicos”, mas de esclarecer os trabalhadores a respeito de seus “verdadeiros interesses”, isto é, o socialismo não seria uma bandeira adequada ao momento histórico. O desenvolvimento – obviamente entendido como desenvolvimento capitalista – sim, seria imperativo.

A *classe média*¹³ tenderia a reivindicar “fa-

¹² Aparentemente há uma confusão conceitual (ou identificação) entre proletariado rural e campesinato.

¹³ Não identificamos nos textos uma definição rigorosa dos setores sociais médios; por vezes, classe média e pequena-burguesia confundem-se.

“cidades de consumo” e persistiria no “parasitismo burocrático”, engalfinhando-se na disputa de empregos públicos; consideraria os problemas sociais e econômicos em termos idealistas e moralistas, beneficiando, com suas posições, a *burguesia mercantil* e as *oligarquias*...

... que se apóiam na opinião pública pequeno-burguesa e nas Forças Armadas, para prolongar, em seu benefício, o subdesenvolvimento e o semicolonialismo. Cabe aos quadros técnicos e administrativos e aos intelectuais da classe média a tarefa de desmascarar essa mistificação (IBESP, 1979, p. 242-243).

Promover a superação do subdesenvolvimento e da política de clientela seria tarefa – dentre a classe média – para uma parcela ilustrada, de formação técnica ou intelectual e desvinculada do parasitismo de interesses.

Nesse quadro, a relação de auxílio econômico-social do Estado para com a classe média era vista como clientelismo e cartorialismo; para com o proletariado, como assistencialismo e paternalismo; já o auxílio à burguesia industrial seria uma questão estratégica.

Ao analisar a configuração das classes, o projeto ibespiano identificava um hiato:

“... estabeleceu-se um descompasso entre a nossa vida civil, cada vez mais impulsionada, sob a liderança da burguesia industrial, no sentido do desenvolvimento, e nossa vida política, que permaneceu sob o controle das velhas elites dirigentes.” (IBESP, 1979, p. 221).

Desse modo:

A revolução política de que necessitava e continua necessitando o país, e para a qual havia e há cada vez mais condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social, tendo por objetivo imprimir ao Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajustar o processo político ao econômico-social. Tratava-se e continua a se tratar de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a orientação do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país (IBESP, 1979, p. 237).

A reorganização funcional passaria pela atu-

ação de um setor da sociedade civil profundamente atento às necessidades do Estado: a *intelligentsia*.

Se tal crise [a “crise brasileira”] vier a persistir sem solução, no que se refere à reforma do Estado e à modificação do processo político-social, a solução se imporá, de qualquer modo, no sentido de um reequilíbrio entre o Estado e a sociedade civil.

[...]

A principal dessas condições [para a reforma do Estado] é a intervenção, no processo político-social brasileiro, de *uma vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes de nosso processo econômico-social, a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade* (IBESP, 1979, p. 237, grifos nossos).

Caberia à *intelligentsia* – como ator social privilegiado em termos de consciência – propor alternativas, pensar a reforma do Estado, esclarecer e sintetizar interesses, em suma, elaborar um projeto que unisse – reorganizando – sociedade civil e Estado a partir deste como instância proeminente da transformação. Tal papel, ao que parece, era reivindicado pelo próprio IBESP.

Segundo um analista, o IBESP evoluiu “... de um mero grupo de estudos para um grupo intelectual com projeto político próprio” (Schwartzman, 1979, p. 4) e contribuiu originalmente para a sedimentação de várias idéias-força que marcariam indelevelmente o ambiente político e intelectual brasileiro:

... o IBESP foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das idéias de uma ‘terceira-posição’ tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira;¹⁴ e, acima de tudo, uma visão muito

¹⁴ Cabe esclarecer que a introdução do pensamento existencialista tem no IBESP um precursor somente no sentido de sua aplicação à interpretação da realidade social brasileira.

particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (Schwartzman, 1979, p. 5-6).

E sua originalidade radical estaria na forma de atuação intelectual:

O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras –, que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liderá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos (Schwartzman, 1979, p. 4).

Mesmo conhecido como a ante-sala do ISEB, o IBESP não é o passado necessário do ISEB; talvez mesmo o ISEB não seja a realização ‘natural’ do intento ibespiano. Apesar dos componentes, das influências e das análises que perduraram, o Grupo de Itatiaia e o IBESP têm uma história própria, abordagens diferenciadas e, sobretudo, uma inserção original no contexto brasileiro. Na transição para o ISEB, permaneceram nomes como Helio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodr , Roland Corbisier, Ignácio Rangel, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos etc., e manteve-se a influência da análise econ mica da Cepal, da aplica o do existencialismo   realidade social, a posi o de engajamento... Todavia, a forma como se organizava e as fun es às quais aspirava mudaram.

O ISEB institucionalizou-se, alargou o espectro das análises, agregou novos temas e aventurou-se tanto no debate intelectual quanto social e politicamente, procurando uma maior inser o – seja atuando como interlocutor do Estado e de alguns governos (mormente o de Juscelino Kubitschek), seja ministrando cursos e influenciando intelectuais, estudantes, sindicalistas e re-

presentantes da sociedade civil. Como institui o de saber, atuou também como ator político, engajando-se diretamente nas questões e atracando-se na luta ideológica.

Já o IBESP procurou congregiar intelectuais e constituir-se também como uma *intelligentsia*, mas acentuando a posi o mannheimiana da intersticialidade, da flutua o social dessa camada socialmente “desvinculada” – embora não ausente das rela es de classe (Cf. Mannheim, 1972, 1974) –, funcionando menos como um ator político de posi o determinada e mais como ator “ilustrado”, de posi es caleidoscópicas num amplo leque de análise, procurando elaborar sínteses e, concomitantemente, identificar várias facetas da mesma questão e relacionar os interesses das classes aos projetos possíveis. Em suma, o IBESP não se notabilizou como “partido” político dos intelectuais, e sim como pretensa “consciência social” teórica dos dilemas do país.

Ainda segundo Schwartzman (1979, p. 6), “*O ISEB foi, essencialmente, uma tentativa de levar   frente os ideais do IBESP. Daí sua marca e daí, em última análise, o seu fracasso*”. Certamente, o ISEB foi uma das formas (possíveis) de desenvolvimento radicalizado do projeto IBESP, talvez uma das mais pragmáticas; daí a derivar seu fracasso   uma outra história.

(Recebido para publica o em junho de 2005)
(Aceito em agosto de 2005)

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpreta o sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CORBISIER, Roland. *Forma o e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. (Textos brasileiros de filosofia).
- D’ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas 1951 - 1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo:  tica, 1992. (Fundamentos, 90).
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: forma o do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. v. 1 e 2.

- FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. Análise existencial da realidade brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 93-130 (Biblioteca do pensamento político republicano).
- GIANOTTI, José Arthur. Entrevista. *Trans/form/ação*. Assis, (S.P.), v. 1, n. 1, p. 25-36, 1974.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA (IBESP). Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 171-273. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- JAGUARIBE, Hélio. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979a. p. 131-70. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- _____. O que é ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979b, p. 21-30. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- _____. Moralismo e alienação das classes médias. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979c. p. 31-38. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 71-82. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 39-69. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- SARTRE, Jean-Paul. O colonialismo é um sistema: In: _____. *Colonialismo e Neocolonialismo: Situações, V*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p. 21-40.
- SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.